

AGRESSIVAMENTE PACÍFICO UMA RESENHA DE “A FORÇA DA NÃO VIOLÊNCIA: UM VÍNCULO ÉTICO-POLÍTICO” (JUDITH BUTLER)

*AGGRESSIVELY PEACEFUL
A REVIEW OF “THE FORCE OF NONVIOLENCE: AN ETHICO-POLITICAL BIND” (JUDITH
BUTLER)*

Fernando Caetano

Doutorando em Direito (UFMG), Mestre em Direito (UFMG), Especialista em Direitos Humanos e Filosofia do Direito (Unibf), graduado em Direito (PUC-Minas). A pesquisa que deu origem a esta resenha contou com o apoio da CAPES e da FAPEMIG.
E-mail: fernando.caetanorjr@gmail.com

RESUMO: Todas as formas de vida deveriam ser dignas de igualdade jurídica e social. Desta forma, torna-se um imperativo ético a adoção de um princípio geral de não violência que reconheça que a vida é sempre igualmente digna de luto. Esse compromisso ético precisa se opor agressivamente ao antropocentrismo individualista, ao racismo estrutural, à violência climática e ambiental em todas as suas formas, ao colonialismo, ao machismo, à misoginia, as fobias e discriminações também sistêmicas das minorias com bases identitárias definidas a partir do sexo/gênero e ou diversidade, as desigualdades de classe, em resumo, se opor à política de violência de Estado. Esse compromisso, aparentemente utópico e essencialmente contra realista proposto por Butler, defende uma interdependência ao mesmo tempo originária e transformadora.

Palavras-chave: Não-violência. Enlutável. Interdependência.

ABSTRACT: All forms of life should be worthy of legal and social equality. In this way, it becomes an ethical imperative to adopt a general principle of non-violence that recognizes that life is always equally worthy of mourning. This ethical commitment needs to overcome individualistic anthropocentrism, structural racism, climate and environmental violence in all its forms, colonialism, sexism, misogyny, phobias and also systemic discrimination against minorities with identity bases defined based on sex/gender and or diversity, class inequalities, in short, to oppose the policy of State violence. This apparently utopian and essentially counter-realist commitment proposed by Butler, defends an interdependence that is both originary and transformative.

Keywords: Non-violence. Grievable. Interdependence.

SUMÁRIO: Introdução. Enlutabilidade. Violência de estado. Conclusão: Não violência: Um poderoso vínculo ético-político. Referências.

INTRODUÇÃO

Judith Butler é uma filósofa e teórica feminista dos Estados Unidos, conhecida por suas contribuições à teoria Queer e aos estudos de gênero. Ela é professora de retórica e literatura comparada na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Seu trabalho tem sido influente na forma como entendemos o gênero e sua relação com o poder, o discurso e a identidade.

Butler é mais conhecida por seu livro de 1990, "Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity", no qual ela propõe uma abordagem crítica do gênero. Em vez de ver o gênero como algo inato ou biologicamente determinado, Butler argumenta que o gênero é construído através de performances repetidas, que são internalizadas ao ponto de parecerem "naturais". Butler argumenta que o gênero não é uma propriedade estática, mas sim uma construção social e cultural, e que a noção de uma "identidade de gênero" fixa não é essencialmente natural, mas sim, naturalizada. (BUTLER, 1990). Em língua portuguesa, os pronomes neutros ainda são uma discussão pendente e sua normalização no português brasileiro ainda não ocorreu. Por essa questão é que se fará o uso dos pronomes femininos.

Além de seu trabalho sobre gênero e identidade, Butler também é conhecida por seu trabalho em teoria política e ética. Judith Butler é uma crítica do liberalismo e do individualismo, argumentando que a noção de um "sujeito autônomo" é uma ilusão que obscurece as relações de poder e dominação que estruturam a sociedade. (BUTLER, 2003). Em vez disso, propõe uma ética da vulnerabilidade e da interdependência, que reconhece a nossa responsabilidade em relação ao bem-estar dos outros.

Essa resenha se refere à obra "A força da não violência: um vínculo ético-político" de Judith Butler, publicada em 2020 pela Editora Verso. A obra, que foi traduzida para o português por Heci Regina Candiani, foi publicada em 2021, pela Boitempo.

O objetivo principal da obra é a defesa da não violência como uma forma imaginativa de reconhecer a igualdade e interdependência de todas as formas de vida por meio de um vínculo ético e político. Nesta resenha será abordada a noção de vidas enlutáveis que será utilizada para a distinção entre não violência e violência (de Estado) a partir de um quadro referencial que aponta a interdependência de todas as formas de vida como fundamento para um *dever ser* biopolítico de igualdade.

ENLUTABILIDADE

Enlutabilidade é uma ideia utilizada por Butler para se referir a como indivíduos ou grupos são reconhecidos socialmente como merecedores de luto ou não e, portanto, de maior ou menor (ou nenhuma) proteção contra a violência e o abuso. Para Butler, o luto não é apenas uma questão individual, mas um processo social e político que envolve reconhecer as perdas que afetam um coletivo e lidar com as consequências dessas perdas. Butler argumenta que certas vidas são consideradas mais valiosas e enlutáveis do que outras, baseadas em normas sociais e culturais que reforçam as desigualdades estruturais.

Se todas as vidas são consideradas igualmente enlutáveis, uma nova forma de igualdade é introduzida no entendimento da igualdade social que incide sobre a governança da vida econômica e institucional, o que implicaria um embate com a destruição que nós mesmos somos capazes de provocar, uma força contra a outra. É diferente de proteger os vulneráveis fortalecendo o poder paternalista. Afinal, essa é uma estratégia que sempre tarda e falha na abordagem da produção diferenciada de vulnerabilidade. Mas, se uma vida é considerada enlutável desde o princípio, vida que poderia ser perdida e merecedora de luto, então o mundo se organizaria para impedir essa perda e salvaguardar essa vida contra danos e destruição. Se todas as vidas fossem vistas a partir desse imaginário igualitário,

de que modo isso alteraria a conduta dos atores em todo o espectro político? (BUTLER, 2021, p. 88).

O argumento em defesa de uma ética e política não violentas parte da observação de Butler de que vidas não são todas vistas sob a ótica de um *dever* ser que imagina igualmente intolerável sua perda, enlutável. Desta forma, a violência apresenta-se como violência de Estado. É também no quadro referencial da violência de Estado que se identificam os diferentes graus de enlutabilidade.

VIOLÊNCIA DE ESTADO

A violência de Estado é abordada em uma série de argumentos que Butler nomeia contra realistas. Estes argumentos rejeitam o individualismo enquanto quadro referencial da interpretação da ética, política e justiça, advogando a interdependência de todas as formas de vida e denunciando a violência como sistêmica e de Estado. A proposta é a defesa de uma utopia onde realiza-se um vínculo ético-político de não violência.

O argumento geral de adoção de um ideal ético e político de não violência comanda o Estado em uma determinada direção, por outro lado a alocação da justiça – e por justiça parece entender-se poder judiciário, o aparato e a estrutura que realizam na prática a justiça de Estado, ou pretendem fazê-lo, ou ainda, estariam designados a fazê-lo –. A percepção do poder, ou sistema judiciário como forma de violência parece erguer uma barreira de difícil transposição que é a da coação – ou violência – judiciária. A violência de Estado é então, coletiva, *populacional*, mundial, interconectada, sistêmica e se refere a práticas de poder múltiplas e pluridirecionadas (no sentido foucaultiano) é biopolítica.

A dificuldade de enfrentamento da questão se refere a como gerenciar conflitos de forma não violenta por meio de um poder judiciário violento, situação que parece culminar em um ciclo intransponível. Essa é a mesma proposição ventilada por Butler ao falar sobre o risco da censura de fornecer ao Estado aparelhamento de forma a “abrir a porta para mais censura”, que viria a ser justamente exercida a partir da lógica da violência de Estado contra os próprios sujeitos não enlutáveis. Naquela oportunidade Butler afirmou que a judicialização das regulações dos discursos aumenta o poder regulatório do Estado sobre os atos de fala de forma a possibilitar o risco de que esse poder seja exercido contra os próprios movimentos sociais que lutam por cerceamento de determinados discursos. (BUTLER, 1997, p. 35).

Uma ética e política não violenta não se apresenta como passiva, nem tão somente como estritamente pacífica. A ideia de não violência precisa ser interpretada dentro do contexto referencial da enlutabilidade. Essa reflexão pode ser melhor compreendida observando-se um exemplo. Butler vale-se do exemplo “pró-vida” para demonstrar que em um contexto biopolítico a violência se apresenta também, e principalmente, em posicionamentos que tenham compromisso com a desigualdade, perpetuando e intensificando as diferenças nos direitos das vidas ao luto. (BUTLER, 2021, p. 93). Desta forma, a lógica que impera a defesa de fetos em detrimento de um *dever ser* de enlutabilidade de adolescentes e mulheres adultas precisaria ser reconhecido como violência jurídica de Estado, e um compromisso de não violência precisaria se opor veementemente a essa política que disfarçada de não violenta carrega em si a defesa da própria estrutura que *deixa morrer* desigualmente mulheres, especialmente mulheres pobres e negras.

É esse mesmo esquema de poder exercido sobre as vidas que “precede e molda as políticas mundiais para a saúde, fome, refugiados, migração, ocupação e outras práticas coloniais, violência policial, encarceramento, pena de morte bombardeiro iminente e destruição, guerra e genocídio” (BUTLER, 2021, p. 96).

Reconhecidas a desigualdade na enlutabilidade e o caráter estrutural, sistêmico e marcado por relações de classe, raça e gênero interseccionais da violência de Estado, verifica-se a

necessidade e justificação ética de imaginar outro cenários que rompam com a biopolítica da violência.

CONCLUSÃO: NÃO VIOLÊNCIA: UM PODEROSO VÍNCULO ÉTICO-POLÍTICO

Desde o começo da reflexão Butler demonstra conhecer o argumento contraposto à sua tese, o argumento que defende uma ética da violência, ou a crítica ao argumento da não violência. Esses argumentos apontam que a deliberação sobre a violência ou a não violência é um privilégio que não se estende aos grupos marginalizados, restando a estes grupos lutar com todas as armas que dispuser pelo seu próprio direito de existir.

A guerra, que poderia parecer inconcebível ou eticamente rejeitável no quadro referencial contemporâneo, repete-se como uma naturalizada e inevitável possibilidade reiteradamente escolhida pela humanidade. A violência em todas as suas formas, a exploração da vida e a perpetuação das desigualdades tornam perceptível a limitação do princípio da não violência. Diante da violência, não parece subsistir uma qualidade ética superior à não violência. Se a soberania aparece como argumento comumente defendido, as vidas perdidas se escancaram como suficientes para justificar que a contra violência seja defesa, e não ataque. Parece ser naturalizada a violência em nome da paz. Parece ser injustificável a requisição de pacifismo ainda que agressivo sem o cumprimento de prerrogativas humanas de vida, incolumidade, dignidade.

O problema, e Butler percebe isso, é que para além do contexto da guerra, essas mesmas prerrogativas são descumpridas o tempo todo em inúmeros contextos, e a alegação da justificabilidade da violência é que legitima essa biopolítica como a lógica aplicável a um altíssimo número de situações, retomando o ciclo da violência que é o *status* atual. Essa é a violência de Estado a que se refere Butler. Além disso, a violência de Estado continua minando desigualmente grupos sociais mais vulneráveis, produzindo e reproduzindo indeterminadamente a própria estrutura de violência e marginalização. Neste sentido, não violência não é simplesmente uma técnica ou estratégia política, mas um vínculo ético que envolve uma abordagem fundamental para a vida e para as relações sociais.

Conclui-se que a obra se insere com qualidade em uma discussão de relevância absoluta, a defesa e busca da paz, e que a partir da análise de “A força da não violência: um vínculo ético-político” de Judith Butler é possível construir ou aprimorar uma reflexão consubstanciada sobre o argumento principal, de que assumir o compromisso da não violência é reconhecer um vínculo ético e político. Desta forma entende-se que a não violência é uma forma de viver que se baseia na interconexão de todas as formas de vida e no reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS

BUTLER. Judith. A força da não violência: um vínculo ético-político. Boitempo. 2021. São Paulo.

BUTLER. Judith. Excitable speech: a politics of performative. Routledge. 1997. United States of América.

BUTLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. Routledge. 1990. United States of América.

BUTLER. Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade; tradução: Renato Aguiar. Civilização Brasileira. 2003. Rio de Janeiro.